

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 525.115 - MG (2019/0228467-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : RAPHAEL DONATO OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO : RAPHAEL DONATO OLIVEIRA DA SILVA - MG176613
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : EVERTON BRANDAO LAZARETTI VOLMMER (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de EVERTON BRANDAO LAZARETTI VOLMMER, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou o *writ* de origem, assim ementado (fl. 129):

EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA E INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. AUDIÊNCIA PARA INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA MARCADA. INSTRUÇÃO PROCESSUAL PRÓXIMA AO FIM. PROVA DA MATERIALIDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PENA MÁXIMA COMINADA SUPERIOR A QUATRO ANOS. CUSTÓDIA CAUTELAR LEGALMENTE AUTORIZADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. ORDEM DENEGADA.

- Não há constrangimento ilegal por excesso de prazo para a formação da culpa quando demonstrada a proximidade de encerramento da instrução processual.

- Fundamentada e demonstrada a necessidade da custódia cautelar do paciente, não há falar em constrangimento ilegal.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 23/9/2018, convertido em preventiva, pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta, em suma, excesso de prazo para a formação da culpa e ausência de fundamentação para a segregação cautelar. Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade provisória ou a substituição da prisão preventiva pela domiciliar.

Na origem, verificou-se que, na ação penal n. 0068327-44.2018.8.13.0352, foi realizada audiência de instrução e julgamento em 20/8/2019, oportunidade em que foi concedida liberdade provisória ao paciente, expedindo-se alvará de soltura em 21/8/2019, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 30/9/2019 e

Superior Tribunal de Justiça

informações prestadas pela Corte local à fl. 188, motivo pelo qual se encontra superada a questão posta neste *writ*.

Ante o exposto, julgo prejudicado o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

